

Editorial

O desaparecimento recente de Bento Prado Junior nos levou a pensar em um conjunto de intelectuais que, sem serem profissionais da educação, interessavam-se e escreviam – alguns ainda escrevem – sobre ela. Referimo-nos a Maurício Tragtenberg, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Marilena Chauí, entre outros, além do próprio Bento Prado. Se três deles já se foram, os demais ainda nos brindam vez ou outra com um belo texto pronto a sacudir o pensamento lento e modorrento da educação nacional.

Quem não se lembra do impacto causado pelo artigo *A delinquência acadêmica*, de Tragtenberg, nos idos dos anos 1980, ou pelo livro *Educação brasileira, reforma ou revolução?*, de Florestan Fernandes, ou ainda pelo artigo mais recente, *A universidade operacional*, escrito por Chauí? Textos que funcionam como uma sacudida. No primeiro momento podem levar a um comportamento indignado, mas a cada releitura trazem novos elementos ao pensar.

Hoje gostaria de lembrar *A educação depois de 1968, ou 100 anos de ilusão*, escrito por Bento Prado Junior, publicado há quase três décadas e, não por acaso, em conjunto com textos de Marilena Chauí, Roberto Romano e Maurício Tragtenberg, na Revista *Debates*, da Editora Brasiliense¹.

No artigo, fruto de um painel na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, um daqueles eventos acadêmicos do final da ditadura militar, mobilizador da mídia e da opinião pública nacional, Bento Prado se dedica a pensar a escola e a ruptura do debate ocorrida após os movimentos estudantis iniciados em maio de 1968 na França. Estabelece uma correlação entre Brasil e França e vai buscar, nos principais centros universitários do mundo, as origens do mal-estar originário da reação da massa estudantil.

Sua tese sustenta que “Depois de 1968, importa menos a questão do conteúdo do ensino (moral leiga ou republicana e moral teológica) do que a questão, bem mais complexa, do lugar social da escola.” A hipótese é que por 100 anos os educadores trataram da ideologia, do que ensinar e lutaram pelo

1. *Descaminhos da educação pós-68*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980.

direito de dizer o que deveria ser ensinado por essa instituição boa por princípio; dividiram-se e disputaram entre si. A mudança de foco, entretanto, fez emergir como tema central a forma escolar com a relação de autoridade que traz embutida em sua anatomia.

Nesse breve texto, o filósofo apresenta um conjunto de pensadores que já alertavam sobre os riscos da escolarização do pensamento – autores excluídos da história da educação, seja pelos liberais, seja pelos socialistas, cada qual tentando dar conteúdo legítimo a esse invento social chamado escola. Seja mencionando Renan, em *Questões Contemporâneas*, ou Nietzsche, em *Schopenhauer como educador*, seja ainda listando pensadores iluministas descrentes das possibilidades da escola, como Condillac ou Diderot, Bento Prado vai mapeando distintos marcos do pensamento educacional. E naquele momento (início dos anos 1980) ele expõe um conjunto de autores contemporâneos que, a partir da França, invertem a forma de pensar a escola. Foucault, Bourdieu e Ariés oferecem as bases para essa nova forma de pensar. Se Pierre Bourdieu, Passeron e Monique de Saint Martin, através de seus estudos e especialmente dos livros *Herdeiros*, *A Reprodução* e *Categorias do juízo professoral*, deixam ver que a escola criada para garantir a formação do cidadão e para realizar o espírito republicano, na verdade, serve mais e melhor para reproduzir e aprofundar as distâncias sociais, criando um processo de distinção entre os estudantes, Michel Foucault, em seu *Microfísica do poder* ou no mais lido entre nós *Vigiar e punir*, não apenas estuda as relações entre intelectuais e o poder, como procura entender a economia de produção da verdade e o aspecto central do poder, que é antes produzir do que reprimir. Para ele

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa, mas saber se é possível constituir uma nova política de verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.

Em Philippe Ariés, pensando a história em sua longa duração, Bento Prado encontra o pensamento que identifica, na transformação da compreensão das idades ao longo da vida, a justificativa para uma escolarização que separa a criança e o jovem do mundo da produção, para aprisioná-los no purgatório da escola. Sendo assim, a reação da juventude em 1968 era mais do que previsível, na visão do medievalista.

É a fé na escola apoiada sobre a crença na onipotência da razão que desmorona, a partir da teoria da reprodução. É o mito da boa escola que, ao ser

dissolvido, ajuda a identificar a gênese da ilusão democrática na sociedade capitalista.

Talvez um dos aspectos menos destacados na recepção desse artigo erudito entre os educadores tenha sido a sua crítica à leitura apressada e algo distorcida de Gramsci realizada pelos filósofos da educação brasileira. Este autor, eleito como referência do pensamento educacional de esquerda de toda uma geração, capaz ainda de produzir ecos nos debates atuais, foi lido sem que se atentasse a situação de profunda imbricação de sua obra com a sociedade italiana de seu tempo. Segundo Bento Prado:

O que quer ser uma “análise concreta de uma situação concreta” é transformado em doutrina ou pensamento “prêt-à-porter”, o que é uma escrita viva “em situação” é mumificado e reduzido a alguns poucos princípios abstratos, universalmente aplicáveis. E, sobretudo, o que é uma análise da dimensão pedagógica da ação política é travestido em análise da dimensão política da ação pedagógica.

Enfim, o conceito de *intelectual orgânico*, de Gramsci, é destituído do substantivo, convertendo o adjetivo – orgânico – em substantivo, esvaziando assim o sentido original do conceito elaborado pelo filósofo italiano. Lendo e relendo Bento Prado, é possível compreender as simplificações e os equívocos que se multiplicaram em afirmações correntes entre ingênuos militantes da educação brasileira imbuídos do espírito de popularizar e transmitir idéias que eram incapazes de elaborar.

Hoje, ao abrir a *Folha de São Paulo* e deparar com a manchete, em primeira página – “Todas as escolas estaduais de São Paulo têm nota abaixo de 50” –, seguida de uma explicação rápida: “O ENEM (exame nacional do ensino médio) comprova: na cidade de São Paulo, as escolas estaduais são um fracasso, seja no centro, seja na periferia”, penso que está mais do que na hora de nossos formuladores de políticas públicas pararem para observar o que ocorre com essa instituição em relação ao tempo presente². Talvez esse notável artigo que nos legou Bento Prado Junior pudesse ajudar nossos políticos a adentrarem a década de 1960 e ouvirem a crítica já antiga sobre o candente problema da escolarização universal nas sociedades contemporâneas.

Agueda Bernardete Bittencourt

2. CAPRIGLIONE, Laura. “Nenhuma escola estadual de SP obteve nota azul”. Cotidiano. *Folha de São Paulo*. 5 de março de 2007. p.C1.